

empréstimo consignado celebrado por servidora municipal, durante o período de 2014/2016

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.16. Processo n.º 000030-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Priscyla Cristinny Santiago Da Luz

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.17. Processo n.º 000528-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Josias da Costa Junior

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.18. Processo n.º 001161-036/2018

Requerente(s): Conceição Suely D'Assunção Cordovil

Requerido(s): Vereador Antônio Ortega

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível tráfico de influência cometido pelo vereador municipal Antônio Ortega

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.19. Processo n.º 002111-036/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Conselho Municipal de Saúde de Benevides e Município de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possível inconformidade e/ou irregularidade na votação referente ao relatório de prestação de contas do 2º quadrimestre de 2018 do Conselho Municipal de Saúde de Benevides

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.20. Processo n.º 000027-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Patrícia Reyes de Campos Ferreira

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.21. Processo n.º 004661-070/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Redenção

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar possíveis práticas de improbidade administrativa supostamente praticada pelo ex-prefeito do município de Redenção-PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.22. Processo n.º 012858-031/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Santarém

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar possível prejuízo ao erário, decorrente do pagamento indevido eventualmente realizado pelo município de Santarém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.23. Processo n.º 000273-151/2017

Requerente(s): Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC)

Requerido(s): Duциomar Gomes da Costa

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convenio FDE n.º 439/2006, celebrado entre Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e a Prefeitura de Belém

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 4 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.24. Processo n.º 000364-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE)

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar possível irregularidades cometidas pela SUSIPE, tendo em vista a publicação da dispensa de licitação n.º 017/2018, para aquisição de uniformes para internos, tendo como contratada a Associação Polo Produtivo Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.25. Processo n.º 000623-036/2019

Requerente(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Benevides (SEMMAT)

Requerido(s): Serdam Implementos Rodoviários LTDA

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar suposta infração ambiental praticada pela Empresa "Serdam Implementos Rodoviários"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o seu julgamento em diligências a serem cumpridas pela Promotoria de Justiça de origem, nos termos do art. 27, § 3º, inciso I da Resolução nº 07/2019 – CPJ.

1.2.26. Processo n.º 000676-027/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), Hospital Regional de Tucuruí e Service Itororo Eireli, Planax Remanufaturadora LTDA-ME

Origem: 3º PJ de Tucuruí

Assunto: Apurar possíveis irregularidades apontadas em vistoria realizada pelo departamento de vigilância sanitária do Hospital Municipal de Tucuruí em relação ao despejo irregular de resíduos sólidos patogênicos

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.27. Processo n.º 000052-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Suzanny Pinto Silva Bium

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Suposta acumulação indevida de cargos públicos e percepção irregular de gratificações no âmbito da UEPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.28. Processo n.º 000574-084/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Rondon do Pará

Origem: 2ª PJ de Rondon do Pará

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no contrato nº 20200164, decorrente da dispensa de licitação nº 7/2020-002 e no contrato nº 20180330, relacionado ao pregão nº 9/2018-026-PMRP

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.29. Processo n.º 000686-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Marabá e AMBIENTAL SANEAMENTO - Saneamento Ambiental de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar denúncia em face dos requeridos por um de conjunto irregularidades praticadas no Município de Marabá após o Decreto Municipal nº 03/2017 de calamidade financeira.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.30. Processo n.º 000102-113/2018

Requerente(s): Jorge Paulo dos Santos Watrin

Requerido(s): COLÉGIO PHYSICS - Unidade Conselheiro

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo

Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelas atividades realizadas na quadra do "COLÉGIO PHYSICS"

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.31. Processo n.º 000135-200/2019

Requerente(s): PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS (2º CARGO), SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DO PARÁ-SINDMEPA (ORIGEM)

Requerido(s): PAULO SAINT JEAN TRINDADE CAMPOS

Origem: 2º PJ DE DIREITOS CONST. FUND. E DEF. PAT. PÚB. e da MOR. ADM - ANANINDEUA

Assunto: APURAR EVENTUAL VIOLAÇÃO A PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO, DIANTE DO NÃO PAGAMENTO DE PLANTOES REALIZADO POR MEDICO NA UPA CARLOS MARIGUELA, EM REGIME DE PLANTÕES

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do Conselho Superior do MPPA.